

O I.B.G.E. E A EVOLUÇÃO DA IDÉIA DE *DESENVOLVIMENTO* NO BRASIL

Roberto Schmidt de Almeida *

Introdução

De 1938, ano em que se iniciam na prática os trabalhos de pesquisa geográfica até 1994 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão do Governo Federal da República Federativa do Brasil, que possui a incumbência legal de coordenar e executar as políticas /levantamentos/ pesquisas e estudos analíticos concernentes à Geodésia, Cartografia, Estatística, Geografia Física e Humana /Econômica do território brasileiro, vem trabalhando essas diferentes facetas do amplo processo de ocupação territorial, subsidiando os diferentes níveis de decisão governamental ao longo desses 56 anos.

Nesse sentido, a configuração que foi dada a este trabalho, objetivou apenas analisar um dos vetores de conhecimento com o qual o IBGE opera, no caso: os estudos geográficos. No entanto, foi necessário também transitar por trabalhos de economistas, sociólogos e cientistas políticos que trataram do tema em diferentes ocasiões.

O desafio colocado pelo professor da cadeira: Teorias e Estratégias do Desenvolvimento Sócio-Espacial no Programa de Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro exigiu inicialmente, uma reflexão sobre o significado mais amplo da palavra desenvolvimento para um geógrafo que, como no meu caso, trabalha em agências de planejamento de governo. Além disso, a forte simbiose entre as palavras planejamento e desenvolvimento nos objetivos de governo em alguns contextos específicos, condicionou um rastreamento bibliográfico mais minudente nas fontes de pesquisa, mas ainda assim, muito suscetível a falhas, em decorrência das diferenças de percepção entre o autor do presente trabalho e os autores analisados em diferentes contextos históricos.

Para reconhecer temporalmente esses contextos, foi necessária uma certa dose de arbitrariedade na determinação dos cortes cronológicos, estabelecendo quatro grandes períodos político-administrativos, que corresponderam a fases “econômicas” bem distintas na História recente do Brasil, indo do “Estado Novo” de Getúlio Vargas em 1937 até o final do governo Itamar Franco em 1994, passando pela fase desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e pelos governos do ciclo militar.

Para cada período, foram levados em consideração os principais critérios de contextura: o estado da arte nos campos científico - tecnológico, o vetor epistemológico em voga nos estudos geográficos brasileiros e as vinculações entre a Geografia e as decisões de governo no âmbito federal.

* Pesquisador Titular do IBGE, Dep. de Geografia, Diretoria de Geociências
Mestre em Ciências e Doutorando em Geografia pela UFRJ
End. IBGE Av. República do Chile 500 sexto andar, Cep: 20 031 - 170 Tel: 262 6262 R: 2190
End. Resd. Rua Princesa Januária 62 Cob. 01, Flamengo Cep: 22 250 - 090
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Apesar do caráter inescapavelmente arbitrário, foram selecionados alguns trabalhos, considerados como “referência” para cada período analisado, partindo da percepção de que o autor vinculava-se aos problemas configurados naquele contexto.

As considerações finais objetivam conduzir nossas atenções para a necessidade de uma maior reflexão sobre a importância do que chamaremos de “pano de fundo”, quando trabalhamos com um conjunto muito amplo de autores e de obras.

A Palavra *Desenvolvimento* Através do Tempo para os Geógrafos Brasileiros: algumas questões semânticas

A grande dificuldade de se estabelecer conceitos rigorosos para termos técnicos que caíram no senso comum, é a sua aparente clareza aos olhos do leigo [leigo aqui visto também como mídia, por sinal, cada vez mais tomada por leigos].

A palavra desenvolvimento é exemplar neste contexto. A banalização do termo conduz à obliteração de que o fenômeno é extremamente complexo e sujeito a diferentes perspectivas. Pode-se considerar desenvolvimento como um processo de crescimento econômico, passível de ser medido através da relação entre o Produto Nacional Bruto e o número de habitantes, a renda per capita. Um outro conjunto de definições opera com a variável tempo, ao periodizar os diferentes estágios do crescimento econômico, utilizando como referência dual a pobreza e a riqueza e situando cada espaço de estudo [país, regiões] em alguma etapa dessa seqüência cronológica. Um terceiro grupo de definições amplia o conceito, anteriormente restrito ao puramente econômico, considerando o desenvolvimento como um conjunto de processos que visam à mudança social, através de políticas de equalização de oportunidades econômicas, sociais e políticas, objetivando o alcance de padrões de bem-estar “considerados elevados”, tanto nos planos local e nacional, como também em relação a outras sociedades tomadas como “referência”. A ampliação desse quadro de referência também passa pelo reconhecimento do elemento *espaço* que, em correlação estreita com os processos que movimentam as relações sociais, cria condicionamentos e/ou facilidades, podendo mesmo gerar um novo conceito como o de *Desenvolvimento Sócio - Espacial*.

O reconhecimento de uma terminologia adequada, imune a imprecisões semânticas, deve ser encarado pelos especialistas como um pré-requisito básico para o estudo desse fenômeno, altamente passível de interpretações, as mais variadas e conflitantes.

O dualismo embutido no termo *desenvolvimento* nos remete ao termo oposto *subdesenvolvimento* e à constelação terminológica que o cerca, pois quando nos referimos a um *espaço pobre* [país, região], estamos valorizando um conceito de distribuição de riqueza e sinalizando no sentido de uma possível política de redistribuição de rendas. Quando adotamos o termo *espaço subdesenvolvido* poderemos estar considerando o conceito etapista, que implica em tratar a questão, a partir de uma situação estrutural e institucional, que invoca determinada fase do processo, assinalando a necessidade de reformas estruturais, tanto no

campo econômico, quanto no social. A expressão *espaço dependente* leva em consideração um intercâmbio desigual de relações entre esse lugar e um outro, considerado como centro de decisões econômicas e políticas.

Portanto aí estão alguns exemplos semânticos importantes que, se não forem devidamente considerados, podem obscurecer o entendimento sobre o problema.

Paralelamente, não é possível ignorar, também, a importância do termo *planejamento*, principalmente quando se trata de geógrafos, que, por formação, preocupam-se com as estruturas espaciais e percebem melhor a espacialidade dos processos que visam a equidade econômica e social, ou simplesmente objetivando um crescimento econômico, geralmente baseado no trinômio - *infra-estrutura de transportes e comunicações - industrialização - urbanização* [pensamento que dominou a quase totalidade dos governos que possuíam reservas de recursos naturais e/ou humanos passíveis de serem engajadas nessa tarefa, principalmente a partir dos anos 30, independentemente de suas filiações ideológicas].

No contexto brasileiro, as mais importantes determinações governamentais que visaram delinear um processo de desenvolvimento de longo prazo iniciaram-se no período que, para fins deste trabalho, denominaremos de Era Vargas. Conceito temporal propositalmente amplo, que será motivo de análise na próxima seção do trabalho, que trata da arbitrariedade na escolha dos segmentos de tempo a serem evidenciados no decorrer da pesquisa.

Algumas Questões Sobre a Arbitrariedade nos Cortes Cronológicos

Cabe aqui, algumas considerações sobre o poder de decisão que um pesquisador possui, de priorizar determinados aspectos escalares, temporais e funcionais em seus respectivos trabalhos. Tal poder, não deve ser encarado pelo leitor, como as *palavras bíblicas* são aceitas pelos crentes, pois corre-se o risco de perpetuar uma visão particular de uma pessoa ou de um grupo, restringindo, desse modo, as maiores dádivas que a ciência nos legou: a curiosidade e a dúvida.

Neste sentido, a arbitrariedade nos cortes cronológicos estabelecidos para explicar a evolução da idéia de desenvolvimento no Brasil, no contexto de uma agência subsidiadora de informações para futuras ações de Governo [IBGE]deve ser encarada como uma, das muitas possibilidades de se analisar o tema em questão.

Neste sentido, a referência Era Vargas no contexto deste trabalho abará o período que vai da Revolução de 1930 até 1954, data do suicídio de Getúlio Vargas, enfatizando o período do Estado Novo [1937 - 1945] em função da criação dos Conselhos de Estatística e de Geografia, englobando também o governo de Eurico Gaspar Dutra [1945 - 1950], pois em termos de políticas territoriais e de ações que envolveram os Órgãos formadores do IBGE, as diretrizes gerais, ainda eram as que foram forjadas no contexto do Estado Novo.

Da mesma forma, somente foi dada ênfase ao período JK [1956 - 1961], saltando-se os dois anos de governo provisório após a morte de Vargas, onde os acontecimentos políticos e econômicos não deixaram margem alguma para planejamento de médio e longo prazos [**Skidmore**, 1975 : 181-202].

Um outro salto, longo e potencialmente perigoso, foi também dado no conturbado período JQ/JG, que culminou com o golpe militar de 1964. As razões do corte, neste caso, estão muito mais vinculadas a uma relação: escala de detalhamento/escopo do trabalho/disponibilidade de tempo para aprofundamento de questões. É perfeitamente possível e talvez, muito esclarecedor, um esforço de pesquisa sobre as relações entre alguns funcionários do IBGE nos acontecimentos pré- golpe de 64. **Dreifuss** [1981, cap. III e IX] levanta pistas muito importantes, que possivelmente nos conduziriam a uma ampliação do conhecimento sobre o tema. No entanto, seria arriscar demais, no contexto deste trabalho abrir uma janela de detalhamento, que fatalmente consumiria tempo e esforço de pesquisa. Mais adequado será tratar o tema em artigo específico, no futuro.

No âmbito dos governos do Ciclo Militar, também foi feita uma simplificação, mesmo levando-se em consideração a heterogeneidade, em termos de práticas de gestão, dos cinco generais que presidiram o país entre 1964 a 1985. Muito embora seja enfatizada a dicotomia entre os anos do *milagre* e os das *crises*.

No que diz respeito ao período compreendido entre a Nova República e as turbulências dos governos Collor/Itamar, o papel da Geografia do IBGE no contexto desenvolvimento não suscitou muitos malabarismos classificatórios, pois as idéias de Ecodesenvolvimento e sustentabilidade, já estavam nas pautas do governo e da comunidade acadêmica desde os finais dos anos 80.

Passemos então a relacionar o trabalho dos geógrafos que trabalharam e dos que ainda trabalham no IBGE, com os diferentes contextos político-administrativo-econômicos criados por essas quatro grandes fases de governo, considerando como referência principal a evolução da idéia de desenvolvimento, em suas múltiplas concepções.

Planejar e Desenvolver na Era Vargas

É perfeitamente reconhecido entre os especialistas a tremenda importância que Vargas teve sobre o processo de gestação de um Brasil industrial e urbano, contrapondo-se ao velho Brasil agrário, econômica e demograficamente falando.

A concepção de um governo central forte, quebrando as espinhas das lideranças estaduais , impondo uma nova diretriz de crescimento econômico e ao mesmo tempo, organizando um quadro institucional e jurídico para garantir às populações urbanas acesso a esse mundo novo, é até hoje, motivo de estudos e interpretações acadêmicas as mais diversas.

As avaliações de **Skidmore** [1975], que costura inteligentemente as tramas políticas e econômicas dando a visão de um historiador contemporâneo; de **Villela e Suzigan** [1975], trabalho clássico em história econômica, sobre as políticas econômicas de governo ocorridas entre 1889 a 1945; de **Baer** [1975] sobre as relações entre a industrialização e o processo de

desenvolvimento econômico do Brasil, enfatizando o período Vargas. A partir da segunda edição, o livro de Baer conta também com mais dois artigos: o primeiro de **Baer, Villela e Kerstenetsky** [1975], que trata do papel do Estado na economia (principalmente no que se refere à indústria estatal), e o segundo de **Baer e Villela** [1975] sobre os estágios do crescimento industrial brasileiro, ambos detalhando o período em questão. Tais exemplos de estudo são obras de referência indispensáveis, que foram escritas na década de 70.

Nos anos 80, o importantíssimo ensaio de **Bielschowsky** [1988 e 1995], ganhador do Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec) e já considerado um clássico pelos pesquisadores de História Econômica Brasileira, analisa o ciclo ideológico do desenvolvimentismo rastreando as correntes do pensamento econômico que vigiram no Brasil entre 1930 e 1964 - neoliberalismo, desenvolvimentismo e socialismo.

É também de grande importância a avaliação de **Motoyama et alli** [1994 : 320-334] sobre os processos de maturação da Ciência e Tecnologia no Brasil, através da luta interna e externa para a estruturação de um projeto autônomo de desenvolvimento nuclear, iniciado no período Vargas, por iniciativa do Contra- Almirante Álvaro Alberto de Motta e Silva, e que se consubstancia na criação do Conselho Nacional de Pesquisas em 1951. O relatório de pesquisa de autoria de **Malan, Bonelli, Abreu e Pereira** [1977] mostrando as conexões entre as políticas econômicas brasileiras no plano externo e o processo de industrialização ocorrido entre 1939 e 1952, finaliza essa pequena amostra de avaliações da Era Vargas.

No contexto que nos interessa, Vargas inicia a política de criação de autarquias e conselhos nacionais que cuidariam de setores específicos [como nos casos dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia], ou de produtos considerados estratégicos economicamente [café, açúcar, sal, mate, pesca e petróleo], controlando a produção e estabelecendo preços mínimos. Estabelece um sistema de créditos de longo prazo para os estabelecimentos industriais e define o controle estatal da marinha mercante com a estatização do Lloyd Brasileiro e das empresas de navegação da Amazônia e da Bacia do Prata.

Entre os anos da II Guerra Mundial e 1954 o governo federal [Vargas- Dutra -Vargas] usa o conceito de segurança nacional para criar uma série de empresas estatais chave, que garantiriam nas décadas seguintes a ampliação do processo de industrialização/urbanização, principalmente na Região Sudeste: Companhia Vale do Rio Doce [1942], Fábrica Nacional de Motores [1943], Companhia Nacional de Álcalis [1943], Companhia Siderúrgica Nacional [1946], Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico [1952], para financiar projetos industriais de longa maturação, Instituto Brasileiro do Café [1952], que cuidaria das relações comerciais externas do produto em nível de governo a governo. Finalizaria com a criação em 1953, da Petrobrás que instituiu o monopólio da extração e refino do petróleo e seus derivados e com o início do processo de controle da geração e distribuição de energia elétrica, passando também pelo controle da produção, estoques reguladores, preços e distribuição atacadista de gêneros alimentícios básicos .

É possível perceber, pela magnitude dessas ações tomadas, a necessidade vital de mecanismos de controle do território tais como: conhecimento sistemático dos aspectos físicos da superfície e do subsolo, da infra-estrutura instalada ou a instalar, dos aspectos da

ocupação humana e econômica e de um ordenamento regional condizente com escala territorial do Brasil, além de um esforço monumental para cartografiação do território.

Essas foram as primeiras tarefas e os primeiros desafios que os profissionais do IBGE tiveram que se ocupar nos primeiros 16 anos de existência.

O papel da Geografia nesse esforço estruturou-se de vários modos:

- Trabalhos de geógrafos estrangeiros que vieram capacitar profissionalmente os geógrafos brasileiros [trabalhos metodológicos e de ensino de técnicas].

As contribuições de **Pierre Deffontaines** [RBG 1 (1) 1939 - Geografia Humana do Brasil], **Francis Ruellan** [RBGs 5 (1) 1943 - Orientação Científica dos Métodos de Pesquisa Geográfica e 5 (4) 1943 - As Normas de Elaboração e da Redação de um Trabalho Geográfico; 6 (1) 1944 - O Trabalho de Campo nas Pesquisas Originais de Geografia Regional e 6 (2) 1944 - Um Novo Método de Representação Cartográfica do Relevo e da Estrutura Aplicado a Região do Rio de Janeiro], **Emmanuel De Martonne** [RBGs 5 (4) 1943 e 6 (2) 1944 - Problemas Morfológicos do Brasil Tropical Atlântico], **Leo Waibel** [RBGs 9 (3) 1947 - Uma Viagem de Reconhecimento ao Sul de Goiás; 10 (1) 1948 - A Teoria de Von Thunen sobre a Influência da Distância do Mercado Relativamente a Utilização da Terra; Sua Aplicação à Costa Rica e 10 (2) 1948.

- Trabalhos de geógrafos brasileiros e estrangeiros que visaram construir quadros de referência nos diferentes campos do conhecimento geográfico.

Os trabalhos de **Moacir Silva** sobre a Geografia dos Transportes no Brasil - série de dez artigos nas RBGs de 1 (2) 1939 até 3 (4) 1941, além de um especial sobre os Transportes na Amazônia [RBG 4 (3) 1942], número que, juntamente com 4 (2), homenageavam o VI centenário do descobrimento do Rio Amazonas.

Os trabalhos de **Silvio Fróes de Abreu**, geólogo que como Consultor Técnico do CNG, construiu um quadro de referência importante sobre os recursos minerais brasileiros com os artigos [RBG 1 (2) 1939 - O Recôncavo da Bahia e o Petróleo de Lobato, RBG 3 (4) 1941 - O Crescimento do Patrimônio Mineral do Brasil no Último Decênio, RBG 7 (1) 1945 - Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira e RBG 8 (4) 1946 - Aspectos Geográficos, Geológicos e Políticos da Questão do Petróleo no Brasil.

O artigo de **Francis Ruellan** sobre A Evolução Geomorfológica da Baía de Guanabara e das Regiões Vizinhas [RBG 6 (4) 1944], um marco de referência obrigatório nos estudos de geomorfologia do Brasil.

As obras “especiais” de **Alberto Ribeiro Lamago**, um geólogo que sabia escrever sobre a História dos processos de ocupação humana em termos espaciais e que, no período compreendido entre 1940 e 1950 publicou quatro grandes obras para o CNG : O Homem e o Brejo, O Homem e a Restinga, O Homem e a Guanabara e O Homem e a Serra, obras fundamentais para o entendimento da Geografia do Rio de Janeiro e sua hinterlândia.

O artigo de **Leo Waibel** [RBG 11 (2) 1949 - Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil] constrói um excelente referencial de conhecimento sobre os processos de ocupação via colonato de origem alemã e italiana, que ocorreram na Região Sul do Brasil.

- *Trabalhos de ordenamento territorial que visavam subsidiar futuras ações de governo no tocante a distribuição espacial de recursos públicos.*

O principal trabalho é o artigo clássico de **Fábio de Macedo Soares Guimarães** [RBG 2 (3) 1941 - Divisão Regional do Brasil, que defende a necessidade de se fixar uma divisão macrorregional única e estável , dando preferência as variáveis naturais, porém reconhecendo que, se for levado em conta os aspectos econômicos o recorte será outro, e que em termos futuros... ” *é o que talvez ainda venha a ocorrer no Brasil...* ” Fábio, como um profissional de planejamento lembra também que... ” *Ao Geógrafo, somente cabe fornecer ao administrador uma base para a divisão prática, única para fins administrativos, sobretudo estatísticos. Se ao administrador mais importar uma divisão que corresponda à situação econômica momentânea do país, então é natural que escolha uma divisão em zonas econômicas, embora tenha que altera-la alguns decênios mais tarde...* ”

Outro tipo de abordagem de cunho mais imediato nesse conjunto de trabalhos demandados diretamente pelo governo federal foi a elaboração de um plano de localização da futura capital do Brasil no Planalto Central Brasileiro. Equipes orientadas por Leo Waibel [IBGE] e por Francis Ruellan [Universidade do Brasil] fornecem um leque de opções de localização ao governo, através do relatório publicado posteriormente por **Fábio de Macedo Soares Guimarães** [RBG 11 (4) 1949].

Finalmente, para estabelecer uma fundamentação adequada à importância da Geografia no planejamento de governo, visando o desenvolvimento econômico, seria interessante levar em consideração as ações estratégicas levadas a efeito pelos planejadores, que enfatizaram o fator localização no contexto desse macro planejamento industrial levado a efeito por Vargas nos três estados mais industrializados.

Todas as empresas estatais de grande porte não foram implantadas em São Paulo e sim no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Tal procedimento revela um objetivo de organizar um macro espaço de complementaridades industriais onde Minas Gerais forneceria inicialmente a matéria- prima mineral, o Rio de Janeiro garantiria o processo da metalurgia pesada o da química de base e forneceria para São Paulo, que já possuía todas as condições de operação de um parque industrial voltado para a produção de bens finais.

Esse planejamento de grande escala teve como matriz a Missão Cooke [1942], grupo de planejadores americanos que , juntamente com técnicos brasileiros vieram avaliar as condições econômicas do Brasil e preparar as novas possibilidades de contribuição brasileira ao esforço de guerra [**Baer** 1975 : 26-28]. O diagnóstico da Missão Cooke também serviu de sinalizador para a futura estatização do setor gerador de energia elétrica, até então em poder de empresas estrangeiras.

No contexto do pós-guerra até 1955 três grandes estruturas de macro planejamento foram elaboradas, objetivando programar o dispêndio público, orientar determinados setores chave da economia e gerenciar projetos de desenvolvimento e abrir linhas de financiamento para os setores industriais.

A primeira estrutura foi o Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia) mas que enfatizou a questão infra-estrutura de transportes e de geração de energia. O plano, que era quinqüenal só operou um ano 1950 - 1951.

A segunda estrutura foi a Comissão Mista Brasil -Estados Unidos 1951 -1953, sob a coordenação do ministro da fazenda Horácio Lafer e que organizou um dos melhores levantamentos sobre a economia do país, formulou cerca de 40 projetos de desenvolvimento e ainda lançou as bases para a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico [BNDE].

A terceira foi a Missão Abbink / Bulhões 1948-1949 que, através de um programa de cooperação do governo americano com o Brasil organizou o planejamento do sistema elétrico brasileiro.

Apesar dessas missões serem de caráter eminentemente macroeconômico e coordenadas por economistas, o IBGE, que fazia parte da Presidência da República, tinha assento na mesa de negociação e subsidiava, com dados e informações espaciais, as ações tomadas.

O Desenvolvimento no Governo JK

Assim como a Era Vargas, os Anos JK também gozam de prestígio junto aos pesquisadores do desenvolvimento, inclusive com mais vantagens no campo das comparações políticas, em virtude do tamanho muito menor do período de governo (cinco anos contra 19 de Vargas), e por não usar de métodos discricionários para com seus opositores, práticas usuais durante os governos de Vargas e institucionalizada em seu nível máximo durante o Estado Novo [1937-1945]. A noção de Estado Forte vinculada diretamente ao autoritarismo é substituída por um Estado firme em seus propósitos mas conciliador nos métodos de alcançá-los.

No entanto, a principal inflexão aparente dada por Juscelino Kubitschek no processo de desenvolvimento econômico já estava alinhavada estruturalmente por seu antecessor. Cabia a Juscelino demarrar a segunda grande etapa da industrialização brasileira, a implantação da moderna indústria de bens duráveis e de bens intermediários. Etapa esta, que somente poderia ser implementada quando os frutos da industrialização de base, anterior, iniciassem sua maturação.

O Programa de Metas do governo Kubitschek inicia o processo que, em termos locais, colocaria São Paulo novamente como o “locus” da industrialização brasileira através da ampliação do parque industrial de bens intermediários [metalurgia, minerais não metálicos, celulose e papel / papelão, química e material elétrico] e de bens de consumo duráveis e de capital [material de transporte e mecânica pesada].

A tecnologia agora empregada estava nas mãos de grandes corporações multinacionais que, considerando o Brasil como país de “semiperiferia”[**Wallerstein** 1974], com uma grande infra-estrutura industrial em fase final de maturação, escolhe São Paulo como seu espaço privilegiado de operações. No período em questão o Brasil torna-se auto-suficiente em cimento, passando de 914 mil ton. em 1947 para 4.680 mil ton. em 1961; a produção de aço em lingotes saltou de 1,4 milhões ton. em 1956 para 2,7 milhões ton. em 1962; a produção de automóveis alcançou um novo patamar, de 31 mil unidades importadas e montadas em 1957, passamos para 200 mil em 1962, agora fabricadas aqui com um índice de nacionalização de 90%. Além disso, a capacidade instalada de energia elétrica cresceu de 2,8 milhões de KW em 1954 para 5,8 milhões em 1962, e a rede rodoviária foi expandida e adensada, passando de

76.178 km em 1955 para 108.355 em 1960. O processo de pavimentação dessas estradas foi também muito acelerado, saltando de 3.133 km em 1955 para 12.703 em 1960.

Se levarmos em consideração o modelo evolutivo de **Taaffe, Morrill e Gould** [1973 :33], elaborado para explicar as diferentes fases pelas quais passam alguns países subdesenvolvidos em termos de conectividade nas redes de transportes, veremos que no período do Governo Kubitschek o sistema rodoviário brasileiro ingressou na quarta fase do modelo [**Ribeiro, M.A.C e Almeida, R.S.** 1988 :187-188], iniciando o processo de interconexão entre as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, que até então possuíam entre si, apenas uma tênue ligação rodoviária, apesar de, internamente, cada uma delas já possuir uma rede estruturada.

As avaliações acadêmicas dos Anos JK, em alguns casos, acompanham as do período Vargas, como no caso de **Skidmore, Baer e Motoyama**, em outros, ajustam suas lentes especificamente sobre as ações políticas [**Benevides, 1976 e Cardoso, 1978**]. A primeira, enfatizando a questão da estabilidade política costurada através de alianças interpartidárias, apesar das crises que ocorreram e analisando os papéis das forças armadas e da tecnoburocracia. A segunda lidando com a análise de conteúdo dos discursos ideológicos via estruturalismo e operando o conceito de “Ideologia do Desenvolvimento” nos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, investigando sete temas que emergem dos discursos oficiais desses dois governantes. Os temas são: desenvolvimento / subdesenvolvimento, relação Nação / estrangeiro, relação Estado / iniciativa privada, atitude política geral, relação Governo / povo, formação de consciência e composição social.

A despeito dos elevados índices de crescimento econômicos observados, é importante o registro de que alguns problemas estruturais acentuam-se nessa fase, como por exemplo, a ampliação das desigualdades regionais e a não priorização da questão educacional, principalmente no que se refere a formação técnica que pudesse absorver as novas tecnologias que estavam chegando.

No contexto geográfico, o IBGE inicia a sua época de ouro, que se estenderá até o final dos anos 60. As pré condições já haviam sido demarcadas no início dos anos 50, com trabalhos que objetivavam uma ampliação do espectro de conhecimento do território brasileiro, na esteira da concepção de desenvolvimento nacional que demarcou os últimos anos de Vargas e os dois anos de governo provisório, antes de JK.

O esforço de conhecimento desses pesquisadores se traduziu na organização do XVIII Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro em 1956, o que significa que as atividades de preparação dos trabalhos se iniciaram, pelo menos dois anos antes. A publicação dos nove Guias de Excursões do Congresso demonstrou o alto nível de qualidade alcançado pelos profissionais do IBGE. Os guias cobriram uma porção ponderável do território brasileiro:

- 1- Planalto Centro-Ocidental e Pantanal Mato-Grossense
- 2- Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce
- 3- Roteiro do Café e Zonas Pioneiras
- 4- Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Região de São Paulo
- 5- Planície Litorânea e Região Açucareira do Estado do Rio de Janeiro
- 6- Bahia

- 7- Nordeste
- 8- Amazônia
- 9- Planalto Meridional do Brasil

O Congresso estreitou ainda mais os laços entre a Geografia francesa e os geógrafos do IBGE, agora através dos professores **Michel Rochefort** e **Jean Tricart**, que introduziram os novos métodos de trabalho sobre redes urbanas.

Ainda como reflexo dos esforços empreendidos na realização do Congresso o IBGE lançou, nos três últimos anos da década de 50, um conjunto de obras que talvez tenha sido o maior e mais completo conjunto de trabalhos geográficos sobre o Brasil em um curto espaço de tempo: a **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, a **Coleção Grandes Regiões** e o **Atlas do Brasil**.

A Enciclopédia foi uma obra ciclópica, que envolveu um número enorme de profissionais de diversas disciplinas. Dois conjuntos distintos de trabalhos foram editados, os que explanavam as características físicas e os que se ocupavam dos processos de ocupação humana/econômica, num total de 36 volumes. O grande uso de fotos e de cartografia específica para a obra é mais uma evidência do apuro técnico que revestiu esse trabalho, que ainda hoje é referência obrigatória em projetos de planejamento municipal, na parte de caracterização física.

Após o período desenvolvimentista de Kubitschek, o Brasil entra na efêmera era Jânio Quadros, transita nas indefinições de João Goulart e cai nas malhas dos Governos Militares. É uma fase altamente conturbada, carregada de ideologias e extremismos. Expressões como Reformas de Base, imperialismo ianque, capital estrangeiro, comunismo ateu e materialista, subversão e República Sindicalista eram uma constante na mídia e nas conversas ou melhor definindo, nas discussões acaloradas. **Dreifuss** [1981] faz a mais completa análise do período e toca diversas vezes nos papéis desempenhados por técnicos do IBGE nos processos de preparação do golpe e na estruturação posterior, com a ocupação dos postos estratégicos do novo governo.

Na Geografia, os trabalhos de **Jean Hautreux** e **Michel Rochefort** sobre a rede urbana na França são absorvidos pelos geógrafos urbanos e regionais do IBGE, que adotam esse método de estudo: a determinação da hierarquia urbana de um espaço regional ou nacional, através da avaliação do setor terciário das cidades envolvidas.

Nesse contexto, evidenciam-se as produções de **Lysia Bernardes** e **Pedro Geiger**. O trabalho sobre a rede urbana do Rio de Janeiro [**Bernardes L.** 1964] é, sem dúvida a mais importante pesquisa feita nesse período, usando os ensinamentos de **Rochefort** [1957] no trato de questões sobre sistemas de cidades. Para se ter uma avaliação aproximada de seu poder de produção geográfica, **Müller** [1968] ao avaliar o estado da arte dos estudos de Geografia Urbana no Brasil durante o Simpósio de Geografia Urbana do IPGH, realizado em Buenos Aires em 1966, listou 18 trabalhos da autora realizados entre 1951 e 1965 e **Corrêa** [1968] ao avaliar os estudos sobre redes urbanas no Brasil até 1965 no mesmo Simpósio, detecta 10 que tratavam especificamente do tema.

A produção e a qualidade dos estudos de **Pedro Geiger** no contexto dos estudos urbanos em geral e no de redes urbanas em particular, também é impressionante. O livro *Evolução da Rede Urbana Brasileira* [**Geiger**, 1963. 462p.] é a primeira obra completa sobre o processo de organização urbana do Brasil, classificando cidades, definindo metrópoles nacionais e delimitando hierarquicamente suas respectivas redes, correlacionando explicitamente as relações entre industrialização e urbanização, que começavam a se delinear no Brasil no final dos anos 50 e início dos 60. Sua produção também foi computada por **Müller e Corrêa** no mesmo Simpósio: na contagem de **Müller**, foram 10 trabalhos entre 1952 e 1963 e **Corrêa** lista cinco entre 1957 e 1964 tratando somente sobre redes urbanas.

No mesmo período, **Geiger** também coordena um impressionante trabalho de análise sobre a industrialização na Região Sudeste, marco de referência para os planejadores da época **IBGE, Departamento de Geografia, Grupo de Estudos de Geografia das Indústrias**, RBG 25 [2] abr./jun., 1963.

É possível perceber que a Geografia que se vinculou às idéias de desenvolvimento, no contexto das questões urbanas e industriais que tomaram corpo no Brasil na década de 50, foram as que mais aproximaram o IBGE do núcleo de decisões do poder federal durante toda a década de 60, incluindo aí os primeiros governos do Ciclo Militar. **Geiger** [1988] analisa com muita sensibilidade esse período rico, mas contraditório do IBGE.

O Planejamento nos Governos do Ciclo Militar: apogeu e queda

Para estabelecer uma fundamentação adequada, que dê conta do papel da Geografia do IBGE no âmbito dos governos militares entre 1964 e 1985 é necessário trabalhar um pouco com as palavras apogeu e queda. Apogeu e queda do sistema de planejamento centralizado que sustentou-se durante os governos de Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Médici, e atingiu seu apogeu com Ernesto Geisel, iniciou sua queda vertiginosa com João Figueiredo e está em queda até hoje [1995].

Apogeu e queda da Geografia Quantitativa no IBGE que iniciou-se no último ano da década de 60, atingiu seu apogeu por volta de 1975, entrou em declínio a partir de 1977 e começou a sofrer séria concorrência da Geografia Crítica a partir de 1978, que por sua vez delineou sua trajetória de apogeu no início dos anos 80 e descreveu sua curva de perigeu ao findar os anos 80.

Outra importante referência desses duros anos é a dualidade entre as expressões *Desenvolvimento Econômico e Subdesenvolvimento Social*. É com esse pano de fundo que se deve avaliar os estudos que analisaram o período entre 1965 e 1985.

Mais uma vez **Skidmore** [1988] em sua segunda obra sobre a História contemporânea brasileira, navega nos mares conturbados das decisões políticas e econômicas que foram as principais ambientações dos Governos do Ciclo Militar, tanto nos anos do *milagre*, quanto nos das *crises*. **Bacha** [1976], **Furtado** [1974], **Evans** [1980], **Roett** [1978], **Suzigan et alli** [1974] , **Villela** [1984], **Bielschowsky** [1988 e 1995] e **Goldenstein** [1994] são uns dos muitos analistas do período, alguns mais críticos que outros, mas unânimes em verificar que as palavras de um dos Generais governantes faziam sentido, um amargo sentido...”o Brasil

vai bem mas o povo vai mal...”[Emílio Médici 1971], frase interessante se comparada a outra mais atual ...”O Brasil não é um país pobre e sim um país com muitos pobres...”[Fernando Henrique Cardoso 1995].

Castro e Souza [1985] analisam um período altamente turbulento nas conjunturas internacional e nacional e defendem as posições adotadas pelo Presidente Geisel em fortalecer a indústria nacional, com uma nova versão da política de substituição de importações, agora visando alguns setores da indústria de ponta, a custo de um forte endividamento externo, mas aproveitando uma maré de créditos fáceis em virtude do excesso de petrodólares no mercado financeiro mundial e de banqueiros que ampliaram em escala planetária suas operações especulativas, conforme explica **Moffitt** [1984].

No campo da Geografia, os primeiros anos dos governos militares coincidiram com o antigo sucesso que os trabalhos sobre redes urbanas e estruturas industriais faziam nos círculos governamentais de Brasília.

Como resultado natural dos ensinamentos de Rochefort, os profissionais de Geografia Urbana e Regional do IBGE estabeleceram um padrão de conhecimento sobre a estrutura urbana e industrial brasileira que poucos fora do IBGE poderiam ter. Em consequência desse fato, foi solicitado ao IBGE pelo Ministério do Planejamento, uma análise do arcabouço urbano do Brasil objetivando a determinação de pólos de desenvolvimento. Esse convênio estabelecido em 1966 com o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada EPEA, posteriormente transformado em Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA gerou estudos sobre o processo de regionalização **Subsídios à Regionalização** - [1968] e sobre a determinação das áreas de influência urbana **Regiões Funcionais Urbanas** - [1970]. Além de influir nos estudos que modificaram a divisão macrorregional do Brasil em 1970 e nas primeiras pesquisas de determinação das áreas metropolitanas brasileiras.

Em virtude do sucesso desses trabalhos **Lysia Bernardes** deixa o IBGE em 1968 e vai para o IPEA, onde inicia uma carreira de planejadora de governo, passando por vários Ministérios até tomar posse como Secretária Geral da Secretaria Especial da Região Sudeste [SERSE], onde coordenou inúmeros projetos de desenvolvimento em áreas deprimidas do Sudeste.

Nesse período [1969] inicia-se o envolvimento de alguns geógrafos do IBGE com a Geografia Quantitativa através de **Brian Berry**, geógrafo norte-americano com especialização em Geografia dos Mercados de Varejo [**Berry** 1967] preocupado em estabelecer uma base mensurável para Teoria dos Lugares Centrais definida por **Walter Christaller** [1933] e **John P. Cole**, geógrafo inglês especializado em métodos quantitativos, especialmente as análises multivariadas que conjugavam conjuntos de variáveis demográficas e econômicas a um grupo de lugares [cidades] e espacializavam as correlações que emergiam do algoritmo, além dos estudos de processos estocásticos nas distribuições demográficas - cadeia de Markov. **Speridião Faissol**, coordenador do Grupo de Áreas Metropolitanas [GAM], **Pedro P. Geiger**, **Roberto Lobato Corrêa**, **Olga Maria B. de Lima**, **Hilda da Silva**, **Marilourdes L. Ferreira**, **Evangelina Xavier G. Oliveira** foram os profissionais do IBGE que mais se dedicaram ao estudo dos novos métodos.

Olga e posteriormente Evangelina, seguiram para Inglaterra, Roberto Lobato e Hilda foram para os USA. [*Hilda veio a falecer em Chicago no período do doutoramento.*]

Na arena das discussões metodológicas da Geografia do IBGE, esse é um período interessantíssimo, onde misturam-se dúvidas e certezas sobre qual opção seguir, condicionadas por conjunturas diversas. O sabor do novo *versus* o risco da troca entre o certo e o duvidoso; o novo patamar que poderia ser alcançado pela Geografia perante as outras disciplinas *versus* o tremendo esforço de aquisição das pré-condições, para que se garantisse um razoável manejo das novas técnicas, são alguns dos inúmeros dilemas com que se deparou o conjunto de profissionais de Geografia do IBGE inicialmente e posteriormente uma boa parte da Geografia acadêmica do Brasil.

Houve por parte dos geógrafos estrangeiros vinculados à essa abordagem metodológica, uma substancial ajuda inicial, a fim de superar alguns problemas de ordem técnica, principalmente no que se referia aos algoritmos e softwares que deveriam ser implantados nos computadores de grande porte da PUC- RJ, IBGE e UFRJ. É interessante ressaltar que, sendo o Brasil um país de grande extensão e com diferenciações espaciais significativas, era de todo o interesse para esses geógrafos testar seus estudos aqui.

Outro ponto a ser avaliado refere-se à estrutura do IBGE como a maior agência do governo federal na criação, guarda e divulgação de dados sobre as diversas dimensões dos processos sociais e econômicos brasileiros. Os geógrafos que lá trabalham operam em primeira mão com esses dados, portanto, nada melhor que técnicas que acelerassem esses estudos e os métodos quantitativos pareciam ser a melhor resposta a essa demanda. Além disso é importante levar em conta a massa crítica pré existente na casa em termos de profissionais de estatística e de analistas de sistemas, o que poderia facilitar mais o aprendizado do novo.

Na área geográfica do IBGE, a liderança de **Speridião Faissol** aos poucos toma o lugar de **Lysia Bernardes**, contribuindo para o aparente gradual obscurecimento da escola francesa de corte “rochefortiana” a partir do início dos anos 70.

As noções de desenvolvimento, subdesenvolvimento, planejamento continuam, mas mudam as técnicas de abordá-las.

Paralelamente às dúvidas e certezas do corpo de geógrafos, Isaac Kerstenetzky, economista, Presidente do IBGE de 1969 a 1979, procurou mesclar os conhecimentos através do incentivo para a vinda de alguns economistas, não necessariamente quantitativos no sentido econometrista do termo. A vinda de economistas como **Werner Baer**, um excelente historiador da industrialização brasileira e **Samuel Bergsmann** economista urbano com preocupações na distribuição da renda, para trabalharem no Departamento de Geografia com **Pedro Geiger** sobre o processo de industrialização/urbanização e a questão das desigualdades regionais brasileiras, marcou um tempo de trocas interessantes entre as duas disciplinas. Tempo este que foi repentinamente abortado com a saída de Isaac Kerstenetzky do IBGE em 1979.

A produção geográfica do período é predominantemente de **Speridião Faissol** que mostra uma impressionante capacidade de, além de escrever, também organizar congressos e

simpósios para divulgar os métodos quantitativos na Geografia e de editar coletâneas com trabalhos de pesquisadores ligados a essas técnicas.

A RBG 47 [1/2] jan./jun., 1985, lista 20 trabalhos sobre urbanização, migrações internas, teoria, análise regional, desenvolvimento econômico, regionalização e divulgação dos métodos quantitativos de autoria de **Faissol S.** entre 1970 e 1978. Como exemplos de coletâneas também organizadas por ele estão *Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico 1975* [trabalho de seleção de artigos de geógrafos e economistas de renome internacional como **Berry, B. ; Perroux, F. ; Brown, L. ; Olsson, G. ; Lasuen, J. ; Dacey, M.**] e *Tendências Atuais na Geografia Urbano /Regional: teorização e quantificação 1978* [coletânea de artigos de 15 geógrafos e economistas brasileiros sob orientação de **Faissol** , que organizou a estrutura dos capítulos que vão da teorização, passando pelas técnicas de análise fatorial, análise de agrupamento, análise discriminante, correlação canônica, cadeia de Markov, medidas de desigualdade e concentração e análise da difusão de inovações].

Os economistas ligados aos estudos de Economia Regional é que puderam aproveitar muito bem essas técnicas. Instituições como o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional [CEDEPLAR] da UFMG e os do IPEA no Rio de Janeiro, geraram muitos trabalhos com essas novas ferramentas. Um bom exemplo é a obra organizada por **Haddad** [1974] com textos de autores selecionados que cobriram temas como Desequilíbrios Regionais, Teorias do Desenvolvimento Regional e Planejamento Regional.

Apesar desse poder de produção a Geografia Quantitativa no IBGE sofria de um insidioso mal, o pequeno número de pesquisadores com conhecimento de economia, matemática , estatística e computação necessários ao desenvolvimento da metodologia. O reconhecimento, por parte da maioria dos geógrafos, que o esforço de aprendizado seria muito além de suas capacidades, em virtude da formação não matemática dos currículos de Geografia, levou a muitos uma angústia disfarçada em mimetismo. Aprovar, concordar, mas nada fazer. Esperar que a moda passe, e não contestar, aguardar alguma novidade vinda de fora. E ela veio!

O estado da arte no campo das concepções geográficas brasileiras era um dos mais instáveis, pois misturavam-se nas discussões, questões ideológicas e pragmáticas, status e conhecimento, esforços de aprendizado e carreirismo.

Foi nesse clima que ocorreu o Congresso Nacional de Geógrafos em Fortaleza 1978. O conflito entre a Nova Geografia e a Geografia Nova veio ser a novidade esperada para deixar de lado a matemática e pensar em outra coisa, *em qualquer outra coisa!*

A dicotomia apogeu e queda está em evidência. O governo do último General do ciclo militar João Batista de Oliveira Figueiredo inicia-se em 1979 com o Brasil mergulhando em profunda recessão econômica, resultante tanto do endividamento efetuado pelos governos anteriores para manter o período do *milagre* , quanto pela crise financeira mundial resultante do aumento dos preços do petróleo pelos países árabes produtores. Inicia-se o período das *crises*.

O quadro político, apesar de turbulento, mostrou sinais de melhora com a questão da anistia e a certeza de eleições em 1985 [diretas ou não].

Na arena científica o ambiente torna-se pesado, abrindo uma nova fase de canibalismo já anunciada por **William Bunge** [1973]. Nos congressos não há mais discussões e sim bate-bocas e ofensas pessoais, gerando um ambiente estranho. A massa de geógrafos aliviada das responsabilidades de ter que aprender matemática e estatística, aceitou rapidamente a nova onda sem perceber que, como a Geografia Quantitativa, a nova Geografia Crítica também possuía seus males insidiosos. O primeiro deles seria o aprendizado da Economia Política, tarefa tão difícil quanto Estatística, pois pressupunha um conhecimento da Economia Clássica de **Adam Smith** e **Ricardo**, dos Neoclássicos como **Marshall**, de **Keynes** e dos keynesianos e, depois sim, mergulhar nas críticas à Economia Capitalista através das obras de **Marx**, **Engels** e **Lênin** para ter base de entendimento para ler os Neomarxistas, isso somente referenciado à Economia, pois tal postura exigia também incursões nos campos da Sociologia e Filosofia.

Mas havia uma solução, uma muleta simples, porém eficiente. Diferentemente da Geografia Quantitativa, o geógrafo médio, na Geografia Crítica contava com um arsenal de frases feitas, *bem feitas*, é bom que se diga, por profissionais de alta qualificação. Foi bastante comum durante essa fase aparecem trabalhos que apresentavam uma *introdução* metodológica crivada de citações e de intenções que não se materializavam nos capítulos posteriores. Aliás, o que se materializava nesses capítulos? A velha Geografia francesa, vidaliana ou rochefortiana, conforme a ocasião; e não podia ser diferente, em virtude das profundas bases que a Geografia francesa possui no sistema de ensino de Geografia no Brasil.

Essas mesmas bases deram um pouco de sustentabilidade à Geografia outsider que continuou a ser feita marginalmente, mesmo durante esses dois períodos que cobriram quase duas décadas. E aqui cabe destacar o papel da Geografia Física, que por sua especificidade de campo de conhecimento e pelo uso corriqueiro de análises estatísticas em seus trabalhos, não sofreu tanto as turbulências dessas fases. Talvez por isso, na nova etapa que se inicia com a Nova República de 1985 até os dias de hoje, é a Geografia Física e suas vinculações, quem referencia os principais projetos que visam diagnosticar as relações entre meio ambiente e processos de ocupação econômica do território brasileiro.

A Crise do Planejamento na Nova República e as Turbulências dos Governos Collor / Itamar Franco: a introdução do Ecodesenvolvimento

O ambiente político de um presidente civil após vinte e um anos de governos militares é a melhor referência do período, muito embora alguns tropeços tenham ocorrido no caminho de democracia. A frustração de uma eleição indireta apesar do tremendo esforço da sociedade na campanha “diretas já” e o desespero em ver morrer o presidente eleito antes da posse foram os principais percalços.

O governo do vice de Tancredo Neves, o senador maranhense José Sarney é inicialmente composto pelo ministério definido pelo falecido presidente e a medida que os cinco anos de mandato vão se desenrolando, o ministério vai tomando a forma do Presidente que assumiu. O quadro econômico assustador, com uma inflação de 350% ao ano obriga o governo a criar um mecanismo de choque contra a inflação: o Plano Cruzado, que tentou controlar a espiral inflacionária entre fevereiro e novembro de 1986, em meio a sérias crises de desabastecimento e aumentos de preços.

O papel da área econômica do IBGE nessa fase foi crucial, na determinação dos índices de preços. A melhor análise do período tanto em termos políticos, quanto econômicos foi feita por **Sardenberg** [1987] um jornalista que acabou fazendo um livro de economia, embora negando que fosse essa a intenção [pg. 11]. *No capítulo A Ciranda dos Índices [pg.271-276] há uma interessante análise do papel do IBGE na crise.*

Na área do conhecimento geográfico a fase marxista inicia seu perigo. No contexto do IBGE a Geografia Humana / Econômica começa a se reconciliar com a Geografia Física, separada desde os tempos da quantitativa, através da incorporação dos quadros técnicos do projeto Radambrasil. Iniciam-se as primeiras experiências de trabalhos multidisciplinares envolvendo agora, não somente economistas e sociólogos, mas também biólogos, geólogos, engenheiros sanitaristas, além de geógrafos de todas as especialidades. A noção de Ecodesenvolvimento inicia sua trajetória através dos projetos : Diagnóstico Brasil [1987], Carajás [1987], Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas-PMACI I e II [1990 e 1994] , Nossa Natureza [1990] e Diagnóstico Econômico Ambiental da Amazônia Legal [1994].

No campo político institucional, a segunda experiência de um governo civil e a primeira através do voto direto após 1964 foi uma sucessão de lições de cidadania, pois pela primeira vez na História da República um presidente eleito por voto direto com 35 milhões de eleitores é deposto em processo de *impeachment* por crime de responsabilidade, após dois anos de mandato.

A total desarticulação da máquina pública federal e o aviltamento do funcionalismo, tanto em termos salariais, quanto em qualificação profissional, foi o principal legado do Governo Collor.

Itamar Franco, vice da chapa de Collor caminhou para uma transição tranqüila na direção do vencedor da segunda eleição direta para Presidência do Brasil em novembro de 1994 - Fernando Henrique Cardoso - que iniciou seu mandato em 1995.

No contexto da Geografia do IBGE, esse está sendo um período de ampliação dos estudos iniciados na fase anterior. A questão da sintetização de conhecimentos num texto único é hoje o maior desafio para os profissionais que produzem diagnósticos integrados. O desafio envolve também o produtor do texto especializado, que agora é obrigado a pensar além de suas fronteiras de conhecimento e auxiliar o coordenador na costura das ligações entre os diferentes processos físicos e humano/econômicos que moldam um determinado território.

Além disso, algumas transições tecnológicas estão em curso, como a difusão do uso de computadores que operam com imagens, fazem mapeamento automatizado e caminham para a futura utilização dos Sistemas de Informações Geográficas, ferramental de sistematização de dados gráficos e alfanuméricos geo-referenciados, que, certamente, facilitarão os trabalhos de análises geográficas nas próximas décadas.

Durante o ano de 1996 estará concluído o terceiro projeto de determinação de áreas de influência de cidades: o primeiro em 1969 e o segundo em 1983. A lembrança de Rochefort vem a tona novamente, assim como as de Christaller e Berry, através dos trabalhos de Elza Keller, Roberto Lobato Corrêa e Marília Carvalho Carneiro e suas respectivas equipes.

Foi finalizado outro importante projeto que vincula Estatística à Geografia para a delimitação de Áreas Industriais no Brasil. Trabalho esse que vai facilitar e baratear enormemente as futuras pesquisas amostrais para os levantamentos estatísticos concernentes à atividade industrial.

Finalmente, cabe aqui uma palavra sobre o Convênio IBGE / GIP - RECLUS de Montpellier que, através de transferência de conhecimentos entre profissionais das duas instituições, está sendo possível produzir softwares de mapeamento automático e de banco de dados alfanuméricos para os dados estatísticos do IBGE, para uso corrente em plataformas MAC e Windows. Além da disseminação de informações sobre os processos de ocupação do território, espacialização da pobreza e outros que foram motivo de artigos especializados em publicações bilingues editadas na França.

Considerações Finais

A expressão *pano de fundo* tem aqui uma importância crucial. Essa breve retrospectiva da palavra *desenvolvimento* nos mostra que, apesar das aparentes transformações por que passou a Geografia no Brasil, é possível enxergar através da poeira muito da Geografia Francesa, que ainda hoje dá as cartas nos conteúdos das matérias dos professores de Geografia na maioria das Universidades Brasileiras.

É claro que em núcleos de excelência acadêmica, o movimento de superação é mais visível, em função dos vínculos mais estreitos com o que de mais moderno ou *pós - moderno* é feito nos centros difusores do saber, na Europa, América do Norte e Ásia. As discussões levantadas no último Caderno LAGET [5] da UFRJ dão uma pequena amostra das questões que estão na ordem do dia da Geografia: Velocidade, Inovações tecnológicas, Nova Geopolítica, Impasses nas estruturas representativas da sociedade, além dos vetores de ponta do conhecimento humano que estão tentando extravazar para outras disciplinas como é o caso dos estudos sobre Complexidade, Caos, Ordem e Desordem, Lógica difusa e outras menos cotadas.

Paralelamente, há também um esforço em sistematizar o conhecimento do passado geográfico para melhor informar o presente e o futuro, e os trabalhos de **Machado** [1995], **Corrêa** [1995] e de **Gomes** [1995] e [1996] são os melhores exemplos.

As transformações ocorridas na União Soviética e seus satélites a partir de 1989, também causaram alterações nas matrizes de pensamento das Ciências Sociais, onde a Geografia tem um de seus esteios. As implicações futuras desse quadro ainda não estão muito bem delineadas, mas o que é necessário ter em mente é que a Geografia *média* brasileira ainda possui um lapso de reação lento e que na maioria dos casos, nem sequer percebeu as duas ondas que levaram 20 anos para passar.

Bibliografia

Abreu, Silvio Fróes de

O Crescimento do Patrimônio Mineral do Brasil no Último Decênio

Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, 3[4]:771 - 784, out./dez, 1941.

Bacha, Edmar
Os Mitos de Uma Década
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

Baer, Werner
A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil
Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975.

Benevides, Maria Vitória M.
O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política - 1956 - 1961
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

Bernardes, Lysia M. C.
O Rio de Janeiro e Sua Região
Grupo de Estudo de Geografia Urbana
IBGE, Rio de Janeiro, 1964

Hierarquia Urbana e Polarização no Brasil
In Simpósio de Geografia Urbana
Comisión de Geografía do Instituto Pan-americano de Geografía e História, Rio de Janeiro,
1978.

Berry, Brian J. L.
Geografía de Los Centros de Mercado y Distribucion Al por Menor
Editorial Vicens-Vives, Barcelona, 1971
Edição original americana, Prentice Hall, New Jersey, 1967.

Bielschowsky, Ricardo
Pensamento Econômico Brasileiro : O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento
Contraponto, Rio de Janeiro, segunda edição revisada, 1995
Edição original, IPEA / INPES, Rio de Janeiro, 1988.

Bunge, Willian
The Geography: An Opinion
The Professional Geographer, v XXV [4] nov., 1973

Cardoso, Míriam L.
Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

Castro, Antônio B. de & Souza, Francisco E. P. de
A Economia Brasileira em Marcha Forçada
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

Christaller, Walter [*citado em Berry, 1967-1971*]
Die Zentralen Orte in Süddeutschland
Fisher, Jena, 1933.

Corrêa, Roberto L. A.
Os Estudos de Redes Urbanas no Brasil até 1965
In Simpósio de Geografia Urbana
Comisión de Geografía do Instituto Pan-americano de Geografia e História
Rio de Janeiro, 1968.

Espaço: Um Conceito - Chave da Geografia
In **Castro, Iná E. ; Gomes, Paulo Cesar G. & Corrêa, Roberto L. (orgs.)**
Geografia : Conceitos e Temas
Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995

Dreifuss, René Armand
1964: A Conquista do Estado
Vozes, Rio de Janeiro, 1981.

Evans, Peter
A Tríplice Aliança
Zahar, Rio de Janeiro, 1980

Faissol, Speridião [*além das obras citadas no texto*]
Planejamento e Geografia: Exemplos da Experiência Brasileira
Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, 50 [especial], t.2 :85-98,1988.

Furtado, Celso
O Mito do Desenvolvimento Econômico
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974

A Fantasia Organizada
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985

A Fantasia Desfeita
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989

Geiger, Pedro Pinchas
Ensaio Para a Estrutura Urbana do Rio de Janeiro
Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, 22 [1]:3-45, jan./mar, 1960.

Evolução da Rede Urbana Brasileira
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 1963.

Industrialização e Urbanização no Brasil, Conhecimento e Atuação da Geografia
Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, 50 [especial], t.2 :59-84,1988.

Goldenstein, Lúcia
Repensando a Dependência
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994

Gomes, Paulo Cesar C.
O Conceito de Região e sua Discussão
In **Castro, Iná E.; Gomes, Paulo Cesar C. & Corrêa, Roberto L.**
Geografia : Conceitos e Temas
Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995

Geografia e Modernidade
Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1996

Guimarães, Fábio de Macedo S.
Divisão Regional do Brasil
Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, 3[2]:318-370, abr./jun. , 1941.

Haddad, Paulo R. [editor]
Planejamento Regional: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro
IPEA, Rio de Janeiro, série monográfica 8 , 1974.

Machado, Lia Osório
Sociedade Urbana, Inovação Tecnológica e a Nova Geopolítica
Cadernos LAGET, 5, Rio de Janeiro, UFRJ, Departamento de Geografia, 1995.

Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: Meio Tropical, Espaços Vazios e a Idéia de Ordem (1870 - 1930)
In **Castro, Iná E.; Gomes, Paulo Cesar C. & Corrêa, Roberto L.**
Geografia: Conceitos e Temas
Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.

Malan, Pedro S.; Bonelli, Regis ; Abreu, Marcelo & Pereira, José Eduardo
Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil: 1932/1952
IPEA / INPES, Rio de Janeiro, Relatório de pesquisa 36, 1977, 558p.

Moffitt, Michael
O Dinheiro do Mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.

Motoyama, Shozo [editor]
Tecnologia e Industrialização no Brasil
UNESP, São Paulo, 1994.

Müller, Nice L.
Evolução e Estado Atual dos Estudos de Geografia Urbana no Brasil
In Simpósio de Geografia Urbana
Comisión de Geografia do Instituto Pan-americano de Geografia e História
Rio de Janeiro, 1968

Pred, Allan

Sistemas de Cidades em Economias Adiantadas
Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

Ribeiro, Miguel A. e **Almeida**, Roberto S.
Estrutura Espacial e Modificações Tecnológicas no Sistema de Transportes Brasileiro
In **Silva**, Solange T. Brasil : uma visão geográfica nos anos 80
IBGE, Rio de Janeiro, 1988.

Roett, Riordan [editor]
O Brasil na Década de 70
Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

Santos, Milton
O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo
Hucitec, São Paulo, 1978.

Sardenberg , Carlos Alberto
Aventura e Agonia: nos bastidores do Cruzado
Companhia das Letras, São Paulo, 1985.

Skidmore, Thomas
Brasil: de Getúlio a Castelo
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.

Brasil: de Castelo a Tancredo
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

Souza, Marcelo José L. de
O Subdesenvolvimento das Teorias do Desenvolvimento
Princípios, 35, nov./dez 1994- jan. 1995 :27-33.

Suzigan, Wilson; **Bonelli**, Regis; **Horta**, Maria H. & **Lodder**, Celsius A.
Crescimento Industrial no Brasil: Incentivos e Desempenho Recente
IPEA, Rio de Janeiro, Relatório de Pesquisa 26, 1974.

Taafee, Edward J. ; **Morril**, Richard L. ; **Gould**, Peter R.
Transport Expansion in Underdeveloped Countries : a comparative analysis
In **Hoyle** B.S. Transport and Development,
Macmillan, London, 1973.

Villela, Annibal V. & **Suzigan**, Wilson
Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889 - 1945
IPEA, Rio de Janeiro, série monográfica 10, 1975.

Villela, Annibal Villanova
Empresas do Governo Como Instrumento de Política Econômica
IPEA, Rio de Janeiro, Relatório de Pesquisa 47, 1984.

Wallerstein, Immanuel
Semi-peripheral Countries and the Contemporary World Crisis
Theory and Society, New York, 3 [4] : 461-484, 1974.